



PL- PROJETO DE LEI Nº 008/2023

AUTORA: VEREADORA ALINE DAIANE ROSA DE SOUZA

Institui, no âmbito da Câmara Municipal de Codajás, projeto de lei, instituído o Plano Municipal de Enfrentamento à violência contra as Mulheres, que tem como objetivo estruturar a política pública para mulheres no município de Codajás.

Art. 1º- Fica instituído o Plano Municipal de Enfrentamento à violência contra as Mulheres, que tem como objetivo estruturar a política pública para mulheres no município de Codajás.

Art.2º- O Plano Municipal tem como estratégia:

- I- Fortalecer as políticas públicas para as mulheres a fim de superar desigualdades, preconceito e discriminação.
- II- Fortalecer os programas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres na cidade e na zona rural.
- III- Promover a autonomia econômica das mulheres, ampliando a sua qualificação profissional em diversos segmentos.
- IV- Desenvolver programas de fortalecimento da mulher empreendedora e de inserção qualificada da mulher no mercado de trabalho.

Art.3º- O Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem como eixos:

- I- Estratégias e metas de prevenção da violência contra as mulheres: construir uma Cultura de Não Violência contra as mulheres.
- II- Estratégias de proteção aos mecanismos já implantados: integrar, ampliar e fortalecer a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.
- III- Estratégias e metas de incentivo à efetividade da Lei Maria da Penha: contribuir para a aplicabilidade da Lei Maria da Penha e demais Leis que coíbem a violência contra as mulheres.
- IV- Estratégias e metas que visam à promoção dos direitos e autonomia das mulheres: promover e garantir os direitos e a autonomia das munições de Codajás.
- V- Estratégias e metas para produção de conhecimento sobre violência contra as mulheres: gerar e difundir informações sobre Enfrentamento à violência contra as mulheres, direito à Cidadania e Acesso à Justiça.
- VI- Estratégias e metas para assegurar uma gestão integrada.

Art.4º- São estratégias e metas de prevenção da violência contra as mulheres:

- I- Desenvolver e aplicar estratégias para prevenir a violência contra as mulheres, como expressão das políticas públicas municipais;



II- Instituir, regulamentar e implementar o Programa educativo "Maria da Penha vai até Você" (MPVAV).

III- Instituir práticas educativas que estimulem as/os estudantes do ensino fundamental, médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) a refletirem sobre a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres;

IV- Desenvolver e executar campanhas permanentes de abordagem, prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres;

V- Promover rodas de diálogos com a comunidade sobre direitos das mulheres, cidadania e violência contra as mulheres, em articulação com a rede municipal;

VI- Promover ações de alfabetização, elevação da escolaridade e qualificação profissional.

VII- Incentivar e priorizar a participação das mulheres em situação de violência nos cursos de profissionalização e de qualificação profissional ofertados pelo Município de Codajás.

VIII- Para fortalecimento das políticas de inserção no mercado de trabalho e autonomia econômica, garantindo-se a reserva de 10% das vagas para esse público (Conforme a LEI 420/2021);

IX- Promover e fomentar a formação e capacitação das/os profissionais de Segurança Pública, operadoras/es do Direito e transporte urbano coletivo sobre enfrentamento à violência contra as mulheres;

X- Incentivar o desenvolvimento de mecanismos de atendimento imediato a pedidos de socorro em caso de violência doméstica e familiar contra as mulheres;

XI- Incentivar a articulação coletiva de mulheres para o desenvolvimento de métodos e práticas de sororidade para o enfrentamento à violência contra as mulheres;

XII- Incentivar a segurança pessoal das mulheres por meio de promoção de cursos de defesa pessoal;

XIII- Estimular as empresas sediadas no município a fim de promover a geração de emprego e renda às mulheres em situação de violência, bem como às mulheres reenducandas;

XIV- Fortalecer a prevenção e atenção junto às mulheres usuárias de drogas, utilizando as políticas e mecanismos institucionais do Poder Público Municipal e articulação com agentes.

Art. 5º- São estratégias de proteção aos mecanismos já implantados:

I- Manter e ampliar as políticas públicas adotadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que atende mulheres em situação de violência, possuindo estrutura e ambiente adequado ao acolhimento, atendimento e encaminhamento da mulher vítima de violência, conforme a Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência (2006);

II- Fortalecer a divulgação das Lei municipais de proteção dos direitos das mulheres por meio de campanhas educativas e formações;

III- Fortalecer o cumprimento da Lei municipal nº 420/2021, que Institui o Programa de Incentivo à Capacitação e Contratação de Mulheres em situação de violência doméstica no Município de Codajás/AM e dá outras providências.



IV- Fortalecer o cumprimento das demais legislações protetivas dos direitos das mulheres vigentes.

Art. 6º- São estratégias e metas de incentivo à efetividade da Lei Maria da Penha:

- I- Criação do Comitê Permanente de Segurança Pública- buscando melhorar a segurança da população, promovendo políticas públicas de prevenção à violência e à criminalidade, bem como atuando de maneira Integrada com os órgãos de Justiça Criminal, com os poderes Legislativo e Executivo municipais e a sociedade civil.
- II- Executar o Programa Maria da Penha vai até você (MPVAV) de forma articulada com o Comitê Permanente de Segurança Pública;
- III- Planejar, executar e apoiar campanhas, mobilizações e ações educativas sobre enfrentamento à violência contra as mulheres junto aos agentes do sistema de Justiça e Segurança Pública, com vistas a fortalecer sua atuação e prevenir a violência institucional;
- IV- Realizar campanhas junto à população para incentivo à denúncia dos casos de violência contra as mulheres.

Art. 7º- São estratégias e metas que visam à promoção dos direitos e autonomia das mulheres:

- I- Promover a divulgação e fortalecimento desta, que dispõe sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres em situação de vulnerabilidade em Codajás/AM;
- II- Promover a divulgação e fortalecimento da Lei nº 420/2021- Institui o Programa de Incentivo à Capacitação e Contratação de Mulheres em situação de violência doméstica no Município de Codajás/AM e dá outras providências.
- III- Realizar e fortalecer, por meio de vínculo com a Secretaria de Saúde, a realização da notificação compulsória nos casos de violência contra as mulheres de acordo com a Lei federal nº 10.778/2003.
- IV- Realizar e fortalecer campanhas e formações junto à rede pública e privada de saúde atuante no município sobre, no mínimo, os seguintes temas: importância da notificação compulsória, violência obstétrica, violência institucional e rede de enfrentamento à violência contra as mulheres;
- V- Promover a divulgação e fortalecimento das legislações que punem crimes contra as mulheres;
- VI- Apoiar as mulheres assistidas em situação de desabrigo, obedecendo às atribuições do município;
- VII- Desenvolver ações e projetos de apoio e acolhimento às mulheres idosas em situação de violência;
- VIII- Ampliar a realização de ações de inclusão socioassistencial e produtiva das mulheres egressas do sistema prisional;
- IX- Apoiar o desenvolvimento de projetos de acolhimento e apoio às mulheres vítimas de violência em situação de rua e/ou com comprometimento cognitivo ou mental.

Art. 8º- São estratégias e metas para produção de conhecimento sobre violência contra as mulheres:

- I- Fomentar a elaboração de pesquisas sobre violência contra as mulheres;
- II- Estimular as pesquisas e os estudos sobre a garantia dos direitos das mulheres;
- III- Produzir o Dossiê de Políticas para Mulheres, que consistirá em material educativo sobre enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como a divulgação de dados estatísticos relativos à violência contra as mulheres no município de Codajás;
- IV- Promover e realizar oficinas, palestras, seminários, conferências e rodas de diálogo sobre direitos das mulheres e enfrentamento à violência contra as mulheres, visando à promoção de debates qualificados com a sociedade e agentes públicos.

Art. 9º- São estratégias e metas para assegurar uma gestão integrada:

- I- Os atendimentos às mulheres em situação de violência são realizados em parceria com órgãos e instituições públicas, de modo articulado e qualificado, de modo a evitar a revitimização e a violência institucional.
- II- O acolhimento à mulher em situação de violência será realizado, dentro outros, pela equipe de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria de Assistência Social e da Secretaria de Segurança Pública, que, após identificar a violência encaminharão à rede municipal de enfrentamento à violência contra mulheres.
- III- As ações devem ser promovidas de forma integrada com as secretarias municipais, a fim de garantir um maior acesso da mulher vítima de violência às políticas públicas locais.

Art. 10- As despesas decorrentes da implantação e implementação do presente Plano de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres correrão por conta de dotações orçamentárias contidas no respectivo orçamento do Poder Executivo Municipal.

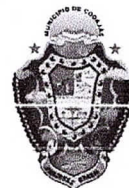
Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Mais de 18 milhões de mulheres sofreram alguma forma de violência em 2022, conforme mostrou a 4ª edição da pesquisa “visível e invisível”: a vitimização das mulheres no Brasil, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

A eliminação da violência contra a mulher implica na implementação de políticas públicas que possam prevenir e atuar de forma eficaz na eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher – física, sexual e psicológica que, historicamente, tem vitimado as mulheres. Diante dessa realidade, aspectos devem ser desenvolvidos para uma abordagem ampla do problema.

A violência contra a mulher tem caráter estrutural e, por isso, a expressão “combate à violência” vem de uma concepção teórica que supõe que o abuso seja produto de uma “patologia social” e que, portanto, como uma doença, possa ser “curada”



Cabe salientar que são cada vez mais necessárias discussões sobre a importância de uma ação dirigida à educação, que objetivem dar visibilidade e garantia de espaço ao debate e às ações dirigidas ao enfrentamento da violência contra a mulher em nosso país e no mundo, além da sensibilização da opinião pública com relação à defesa dos direitos humanos das mulheres.

São inúmeras as barreiras enfrentadas pelas mulheres para efetivar as denúncias. O racismo e o machismo institucionais, o baixo orçamento para o efetivo acolhimento e combate à violência, estruturas para o acolhimento das mulheres vítimas, naturalização da violência, dependência financeira dos parceiros, entre outros.

No Brasil, os anos 2000 foram marcados pela crescente discussão sobre as formas de proteção à vida das mulheres. Um dos grandes marcos históricos quando o assunto é violência de gênero, sem dúvida, foi o surgimento da Lei Maria da Penha, que provocou uma mudança no paradigma institucional.

Lei Maria da Penha nº 11.340/2006- Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção.

Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003- Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.778.htm

lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021- Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).

https://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14232.htm

Codajás – AM, 03 de março 2023.

ALINE DAIANE ROSA DE SOUZA
Vereadora- União Brasil

Câmara Municipal de Codajás

Data 13/03/23 Hora: 11:29

Protocolo nº: 027/2023


PATRÍCIA JACSON MARQUES
Secretária de Administração Geral
Portaria nº 002/2023-CMC